

(GT 5 – GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIÕES)

**Candomblé, ancestralidade feminina e antirracismo em Londrina:
Analisando o episódio 119º do O que elas pensam?**

Franciele Rodrigues¹
Leiliani de Castro²

Resumo: Neste artigo, traçamos a análise do episódio “119 - Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin - Entrevista com Lari Alvanhan”, veiculado no “O que elas pensam?”, um podcast independente sobre política produzido a partir da perspectiva de mulheres. Para desenvolvimento do estudo empregamos pesquisa bibliográfica, entrevista e análise de conteúdo. Entre as constatações, evidenciamos a possibilidade de fabular outras formas de interação entre religião e gênero, para além da perspectiva cristã, também a necessidade de pautar o papel da branquitude na luta antirracista e a emergência de uma educação decolonial.

Palavras-chave: Podcast; Jornalismo contra-hegemônico; Ylê Axé Ôpó Omin; Cartografia ancestral; Londrina.

ABSTRACT: In this article, we analyze the episode "119 - Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin - Interview with Lari Alvanhan" aired on "O que elas pensam?", an independent podcast about politics produced from the perspective of women. To develop the study, we employed bibliographic research, interviews, and content analysis. Among the findings, we highlight the possibility of envisioning alternative forms of interaction between religion and gender beyond the Christian perspective, the need to address the role of whiteness in the anti-racist struggle, and the urgency of decolonial education.

Keywords: Podcast; Counter-hegemonic journalism; Ylê Axé Ôpó Omin; Ancestral cartography; Londrina.

1. INTRODUÇÃO

Neste ensaio, analisaremos o episódio “119 - Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin - Entrevista com Lari Alvanhan”, veiculado no “O que elas pensam?”, um podcast independente sobre política

¹Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Sociologia e mestranda Programa de Pós-Graduação Comunicação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: franciele.rodriques@uel.br.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: leiliani73@gmail.com

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

produzido a partir da perspectiva de mulheres.

Kischinhevsky (2017) explica que a partir dos anos 2000, o entendimento de rádio para “além das emissões eletromagnéticas” começou a ser mais propagado. É neste contexto, que o termo “podcasting” foi utilizado pela primeira vez em 2004, pelo jornal britânico *The Guardian*. O autor aponta que, inicialmente, os podcasts representavam listas de músicas criadas por internautas ou eram utilizados como audioblogs.

Segundo Foschini e Taddei (2006) o conceito surge da junção entre o prefixo “pod” (em referência ao iPod – aparelho portátil de reprodução de mídia digital fabricado pela empresa norte-americana Apple) – e o sufixo “casting” que remete a expressão *broadcasting* e significa a transmissão massiva de informações. Observamos, portanto, que os podcasts são arquivos de áudio veiculados na internet e distribuídos através de agregadores de som como Anchor, Spotify, Deezer, entre outros, configurando-se como uma expressão do rádio expandido, multimídia e multiplataforma.

O episódio foi escolhido por avaliarmos que, através dele, conseguiremos extrair discussões sobre modos outros de fazer ciência, relações entre gênero e religião para além da égide cristã, papel da branquitude e antirracismo e importância de uma educação decolonial. Diante disso, iniciamos o trabalho com uma apresentação da trajetória do podcast. Em seguida, situamos a gravação do episódio mencionado e exploramos as categorias de análise criadas a partir da entrevista.

O ensaio utiliza como técnicas de pesquisa: imersão bibliográfica em debates sobre participação de mulheres na política, cartografia ancestral, gênero e religiões, branquitude, intolerância religiosa e educação decolonial. Também emprega entrevista semiestruturada e análise do discurso.

Fiorin (1990) explica que as unidades dos discursos constituem enunciados e sistemas que são significantes e, dessa forma, concernem à história que justifica as estruturas de sentido que se desenvolvem nos textos e recursos retóricos. Assim, sua proposta procura versar sobre “como o texto diz o que diz, e por que o texto diz o que diz” (FIORIN, 1990, p. 173).

Para Orlandi (2007), o discurso percebe a linguagem como mediação necessária entre os indivíduos e a realidade natural e social, o que torna possível o

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

deslocamento, a continuidade, ou, ainda, o deslocamento ou transformação dos indivíduos e da realidade na qual vivem.

Portanto, trabalha-se com a linguagem como incluída no mundo, em uma determinada conjuntura que possibilita maneiras de significar e, em tais falas, considera-se a produção de sentido como parte das vidas desses indivíduos enquanto sujeitos e membros de uma determinada forma de sociedade, pois não há “discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2007, p.17), ou seja, os discursos não são “neutros”.

2. O QUE ELAS PENSAM?

O que elas pensam? surge em 2020, ainda durante a pandemia de Covid-19, com as estudantes de jornalismo da UEL (Universidade Estadual de Londrina), Franciele Rodrigues e Isabella Alonso, e a proposta de discutir política na perspectiva de mulheres. Este desejo vem de atravessamentos múltiplos, dentre os quais, destacamos dois.

Primeiramente, a sub-representação feminina na política institucional, ou seja, a exclusão de mulheres em espaços de poder. Como é sabido, o problema tornou-se prioritário para os movimentos feministas, cuja uma das primeiras bandeiras mais visibilizadas foi o sufrágio. Porém, não desconsiderando a importância da conquista, o direito ao voto não significou a entrada maciça tampouco a participação igualitária de mulheres nas tomadas de decisão.

Conforme aponta o professor Luís Felipe Miguel (2014), a abolição de barreiras legais não representou o ingresso de mulheres na arena política em mesmos números e tons, ou seja, entraves como a vinculação naturalizada ao espaço e trabalho doméstico, casamento e maternidade compulsórios ainda dificultam a presença de mulheres na vida pública.

As décadas seguintes à obtenção do sufrágio feminino mostraram que era perfeitamente possível a convivência entre o direito de voto das mulheres e uma elite política formada quase exclusivamente por homens (MIGUEL, 2014, p.93).

Tais fatores da ordem da sobrevivência, ao afastá-las destes ambientes, reproduzem a ideia de que eles não são para elas, tornando a falta de legitimidade

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

um dos grandes empecilhos quando conseguem adentrá-los. Como não lembrar do último discurso da vereadora Marielle Franco (PSOL), na Câmara Municipal do Ribeiro, em 8 de março, Dia da Mulher?

“Cria da Maré”, mulher negra, lésbica, mãe de Luyara, socióloga, a parlamentar foi assassinada sete dias depois ao pronunciamento. Seu mandato lançou luz a pautas como a diversidade de gênero, a violência racial e sexista da polícia nas comunidades cariocas. Na fala, Marielle apontava dados sobre a subrepresentatividade e aumento de estupros no estado fluminense quando demais vereadores da casa, competem com ela pela posse do discurso, um deles, inclusive, defendendo a volta da ditadura empresarial-militar.

Tem um senhor que está defendendo a ditadura e falando alguma coisa contrária? É isso? Eu peço que a Presidência da Casa, no caso de maiores manifestações que venham a atrapalhar minha fala, proceda como fazemos quando a Galeria interrompe qualquer vereador. Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita Presidente da Comissão da Mulher nesta Casa³.

Traçando um diálogo com Grada Kilomba (2020) questionamos: quem está autorizado a falar e quem não está em espaços de poder? Quem habita a política institucional e quem está às margens? Como aponta a autora, não é que negros e demais grupos étnico-raciais subalternizados não falem, mas sim que tais dizeres têm sido desqualificados. De maneira similar, compreendemos que não é que mulheres não tenham feito e discutido política, mas que suas vozes tenham sido sistematicamente silenciadas.

A ausência fica ainda mais evidente ao olharmos para grupos mais vulnerabilizados, a exemplo de mulheres negras. Nas eleições de 2022, apenas 302 mulheres foram eleitas para assumir cadeiras na Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas e governos estaduais⁴. O contingente é quatro vezes maior se considerarmos a quantidade de homens escolhidos: 1.394. Atualmente, o país conta com 91 deputadas federais. Este número representa 17,7% do total de 513 parlamentares.

³ Ver: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/as-rosas-da-resistencia-nasce-do-asfalto-o-ultimo-discurso-de-marielle-franco-na-camara-do-rio.ghtml>.

⁴ De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral e com base na autodeclaração das 302 mulheres eleitas: 184 são brancas, 71 pardas, 39 negras e cinco indígenas.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Avaliamos que a baixa representatividade tem, entre seus reflexos, a dificuldade de construir e aprovar políticas e programas que atendam as necessidades das mulheres considerando seus recortes de classe, pertencimento étnico-racial, orientação sexual e identidade de gênero, entre outros. Por sua vez, a dificuldade de avançar em agendas que expressem as demandas de tais grupos tendem a tornar as condições de vida mais difíceis e, portanto, o combate às desigualdades e violências de gênero constitui-se um desafio de proporções ainda maiores.

Isto não é nem um pouco trivial, visto que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídios, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). O cenário torna-se ainda mais preocupante se considerarmos que com a ascensão de governos de extrema-direita em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, as agendas em prol da igualdade de gênero e diversidade sexual têm sido cada vez mais atacadas.

Outro elemento que motiva a criação do podcast é o machismo que – assim como a política – também está presente no jornalismo. Poucas mulheres comandam empresas de comunicação e editorias consideradas de maior prestígio, como a de política. Rabay e Bezerra (2022) argumentam que a editoria de política desperta, entre os meios de comunicação hegemônicos, grande visibilidade. Isto porque toda experiência humana é atravessada pela política. E o que é o jornalismo senão uma tentativa de registrar e analisar fragmentos da realidade social construída cotidianamente pelos indivíduos?

Deste modo, embora tarefas como cobrir as agendas de prefeitos, vereadores, deputados, senadores, presidentes, também a corrida eleitoral a cada quatro anos e decorrentes conflitos entre partidos, ocupem grande parte do trabalho dos jornalistas, é notório que reportar sobre “política” ultrapassa esta visão mais personalista e institucionalizada sobre os “donos do poder”⁵. A organização, reivindicações e tentativas de criminalização de movimentos sociais progressistas, por exemplo,

⁵ Empregamos a expressão em referência à obra sociólogo brasileiro Raimundo Faoro. No livro homônimo, o autor analisa a organização da monarquia no Brasil a partir das influências da sociedade portuguesa, aponta as raízes do patrimonialismo e formação do estamento burocrático, destacando a apropriação do aparato público em benefício privado.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

também são assuntos preponderantes que frequentemente tendem a ser negligenciados.

Não se trata, aqui, de culpabilizar os profissionais de imprensa, submetidos a rotinas de trabalho extenuantes, precarizadas e, muitas vezes, sem direitos, visto às configurações de redações cada vez enxutas, mas de salientar que fatores como os interesses de empresas e personagens da arena política têm grande peso na definição do que estampará as capas dos jornais.

Da mesma forma que uma roupa, um alimento, um objeto de uso pessoal, também o jornal é produzido para a venda. Uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém, que o jornal pretenda destacar, conforme suas intenções, positiva ou negativamente. O jornal, então, cria, a partir da matéria-prima informação, a mercadoria notícia, expondo-a à venda (por meio da manchete) de forma atraente (MARCONDES FILHO, 1989, p.25).

Diante disso, considerado um “assunto masculino”, a editoria de política se consolidou como um campo de atuação predominantemente composto por homens, apesar de termos observado alguns “furos no muro” – emprestando expressão de uma de nossas entrevistadas Danyela Barros no episódio “115 – Termo de escurecimento e a urgência de decolonizar as Ciências”.

A entrada das mulheres no jornalismo, como já foi mencionado, transferiu do mundo privado sua cultura e lá, nas redações, também foram impostas divisões sexuais do trabalho, reservando editorias “próprias” para elas ou restringindo sua participação em outras, consideradas mais adequadas aos homens, como a editoria de política. Considerado um “assunto masculino”, a política configurou-se até recentemente como um lugar interdito às mulheres e de difícil acesso para as jornalistas (RABAY e BEZERRA, 2022, p.88).

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho pelas mulheres jornalistas são de diferentes naturezas. Apesar de constituírem maioria na profissão, conforme apontado pelo Perfil Profissional do Jornalismo Brasileiro 2021, elas ainda são condicionadas a salários mais baixos, assédios moral e sexual são frequentes bem como a interrupção de suas falas, entre outras formas de discriminação de gênero.

É nesta amálgama de contraproduções que situamos “O que elas pensam?”. Um projeto totalmente independente, onde cada passo de criação – da definição das pautas, roteiros, entrevistas, gravação, edição, postagem nas redes sociais – é realizado pelas idealizadoras, sem quaisquer apoios de terceiros ou financiamentos.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Cabe destacar a dificuldade de sustentar trabalhos da mídia alternativa, contra hegemônica, que frequentemente não dispõem de recursos próprios e se desenvolvem de maneira colaborativa, sem remuneração dos profissionais envolvidos que os tocam junto a outros trabalhos já que os boletos não deixam de chegar.

“O que elas pensam?” possui cinco temporadas. A partir desta última, a bancada passou a contar com a participação da também jornalista Leiliani de Castro. Os formatos dos episódios se alteraram ao longo destes quatro anos. Até a quarta temporada, privilegiamos a organização em três blocos, contemplando a análise dos cenários políticos de Londrina, Paraná e Brasil, respectivamente, e trazendo entrevistades⁶ para debater alguma questão que tenha repercutido na semana. As publicações ocorreram todas as segundas-feiras.

Agregamos alguns quadros especiais como “Corrida Maluca”, o qual dedicamos à análise da corrida presidencial de 2022 e “O que elas indicam?” voltado a sugestões culturais como livros, séries, podcasts, músicas, entre outras. A partir da quinta temporada, optamos por episódios temáticos. Neste período, assuntos como samba e educação decolonial, resistência indígena para além de abril, ditadura empresarial-militar e gênero foram abordados.

3. EPISÓDIO REGULARES E EXTRAS

A experimentação se fez presente no decorrer dos episódios, em especial na última temporada. A entrevista, base para todas as produções, possibilitou diferentes tipos de captação, seja via Google Meet, para convidades de fora de Londrina, ou com microfone de lapela, para quem mora ou passou pela cidade.

No momento de editar, construímos camadas de som com músicas, efeitos de voz, trilhas, possibilitando introduções e apresentações mais poéticas. Sempre escolhemos músicas que se conectam ao tema da vez, de algum modo, para ilustrá-

⁶ Em alguns momentos ao longo do texto, em especial quando nos referimos às pessoas entrevistadas, no plural, utilizamos o recurso da "neolinguagem" (BREVILHERI *et al*, 2022), substituindo as demarcações binárias "homem x mulher", visando o reconhecimento das diversidades e expressões de gênero, tendo em vista o potencial de inclusão do texto e desta iniciativa contra hegemônica de mídia, o podcast. Assim, por exemplo, no lugar de "convidados" ou "convidadas", apresentamos "convidades", respeitando as múltiplas identidades de quem participa do podcast. Compreendemos, no entanto, que esta é uma ação pontual e que há muito o que avançar nesta inclusão.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

lo. Já gravamos nos mais diferenciados locais: num hotel, em um restaurante, no Feirão da Resistência, na Universidade Estadual de Londrina e em nossa própria casa.

A liberdade e independência do podcast, por mais que ele ainda não se viabilize financeiramente, permitiu a nós testarmos diferentes maneiras de apresentar, fazer e entregar conteúdo ao público. Os episódios extra, os quais não estavam pré-definidos em nossa programação, surgiram a partir de um movimento mais alinhado ao factual, contemplando alguns acontecimentos de Londrina no tempo em que aconteceram, como a vinda de Simone Mazzer ao Festival Circulasons.

Pensar política, para nós, é pensar os movimentos da cidade, sua programação cultural, seus espaços de resistência e suas produções científicas a partir das pessoas que fazem tudo isso acontecer, em especial as mulheres e pessoas dissidentes de gênero.

Isto posto, neste ensaio, nos dedicaremos a refletir sobre um dos episódios, a saber: “Poéticas de Terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Òpó Omim” – Entrevista com Lari Alvanhan”.

4. POÉTICAS DE TERREIRO: UMA CARTOGRAFIA ANCESTRAL COM O YLÊ AXÉ ÒPÓ OMIN - ENTREVISTA COM LARI ALVANHAN

O episódio 119 encerrou a 5ª temporada do podcast em 2023, a qual contou com 9 episódios regulares e três episódios extras. A entrevista em questão foi gravada no dia 18 de dezembro e publicada doze dias depois, no dia 30 de dezembro.

Na tarde de gravação, a Comunidade Tradicional de Matriz Africana Ylê Axé Òpó Omin, localizada na zona Norte de Londrina, havia recém completado 35 anos. Lari Alvanhan, filha de santo desta casa, concedeu a nós esta entrevista sobre a sua dissertação, a qual foi desenvolvida a partir de suas vivências no terreiro.

O trabalho da multiartista Lari Alvanhan foi o primeiro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da UEL a ser defendido em um terreiro em Londrina: “Poéticas de terreiro: Uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Òpó Omim” (2023). Embasada pela cartografia sentimental de Suely Rolnik (2006), Alvanhan trilhou a metodologia para uma “cartografia ancestral”.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Suely Rolnik, por sua vez, inspirada em Deleuze e Guattari (2000), desenvolveu esta metodologia de pesquisa, a qual considera as subjetividades e as interseccionalidades⁷ que moldam a experiência dos pesquisadores. A partir desta lente, é possível levar ao texto os atravessamentos pessoais e micropolíticos que oferecem repertório para compreender um quadro maior. As macropolíticas afetam a cada subjetividade de um modo e, assim, estas afetações são levadas ao texto, demonstrando como o pesquisador e tudo o que o cerca são iminentes produções de sentido.

Deleuze e Guattari (2000) explicam a cartografia enquanto um rizoma, sinapses ou até mesmo como raízes de árvores, que se espalham e se interconectam. Na cartografia sentimental, portanto, estariam mapeados os modos pelos quais a trajetória do pesquisador, seu encontro com a pesquisa, com o tema e com as pessoas está implicado. A cartografia sentimental, portanto, é um saber encarnado e “localizado” (Haraway, 1995).

Inspirada pela cartografia sentimental, Lari Alvanhan passou a trilhar os caminhos metodológicos para a sua cartografia ancestral. Esta metodologia surgiu pela demanda de compreender o seu passado, ancestralidade, e trazer os seus “ancestres ilustres”, tanto quanto os ancestrais do Ylê, ao corpo da pesquisa. Aos 27 minutos e 43 segundos do episódio, Alvanhan explica:

Lari: Sou uma pessoa branca que passou pelo processo de embranquecimento político, social e econômico brasileiro do século 19. Então, eu sou fruto, sim, desse processo e me coloco nessa cartografia ancestral, enquanto uma corpa branca, uma corpa gorda, branca, sapatão. Fruto desses processos de embranquecimento políticos, sociais e econômicos que o Brasil passou, mas que tem uma ancestralidade afrodescendente (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Trilhando os caminhos para falar sobre branquitude, frente a sua

⁷ Segundo Patricia Hill Collins (2021), esta ferramenta de análise, a interseccionalidade, se questiona sobre quais seriam as relações de poder por trás daquelas mais aparentes, em determinado contexto e, em consequência, como essas relações interferem na vida das pessoas. Além disso, esta ferramenta considera, em suas análises, as diversas variáveis concernentes à existência das pessoas: sua fé, sua identidade de gênero, orientação sexual, etnia, raça, localização geográfica, condições financeiras, etc. Tais componentes e identidades operam na vida das pessoas em relação a como elas interagem com o poder, bem como em relação a formas históricas de subalternização.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

ancestralidade afrodescendente, Lari Alvanhan atualizou a cartografia sentimental. Ela entrevistou seus avós e esteve em contato com outros ancestrais, já mortos, em sonhos. Para além disso, as fotografias de arquivo do Ylê e destes ancestrais foram materiais muito importantes para este movimento de retorno às raízes, se conectando com a sua ancestralidade consanguínea, tanto quanto a de sua família de Axé.

Nós tivemos a oportunidade de prestigiar a defesa desta dissertação no Ylê Axé Òpó Omin, no dia 04 de dezembro de 2023. As discussões ali articuladas, sobre o pacto da branquitude (Cida Bento, 2022), sobre a matripotência, a folclorização das religiões de matriz africana, a intolerância religiosa e a representatividade política do Ylê em Londrina, nos chamaram atenção para a divulgação científica e jornalística destas discussões, por meio do podcast.

No episódio, para além das questões já citadas, abordamos a educação como alternativa à intolerância religiosa e a atuação de Mãe Omin na luta por condições dignas de vida e saúde aos moradores da região norte de Londrina, em específico o Conjunto Maria Cecília, onde está localizado o Ylê. As especificidades destas discussões serão abordadas nos tópicos a seguir. Um destaque importante, antes de prosseguirmos, é o enfoque dado ao racismo estrutural, à branquitude e às discussões sobre contracolonização presentes no episódio.

Em nosso processo de pauta, a presença na defesa da dissertação de Lari se fez importante, bem como a leitura na íntegra do trabalho. Para propor uma conversa instigante, diferenciada e com certo nível de profundidade, nossos estudos envolvem percorrer a vida dos convidados, bem como suas eventuais produções.

Se há um disco, ouvimos o disco. Se há um texto, lemos o texto. Se há pastéis, comemos pastel. Assim, evocamos ao episódio uma política dos afetos, assim como propõe Suely Rolnik em sua cartografia sentimental. Para além disso, experienciamos aquilo que os convidados têm a oferecer, adentrando em seus mundos na tentativa de um jornalismo independente, empático e afetivo.

5. ANCESTRALIDADE E DIVINDADES FEMININAS

Como mencionado, um dos assuntos discutidos no episódio estudado diz respeito ao protagonismo de mulheres nas religiões de matriz africana. De antemão, é necessário pontuar que entre a cosmologia cristã, majoritariamente, a mulher é

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

considerada em complementaridade e submissão ao homem. Porém, existem religiões, a exemplo de algumas de perspectiva africana, que cultuam divindades e a ancestralidade feminina - especialmente os descendentes da grande Yorùbálândia.

Neste sentido, Oyěwùmí (2011) argumenta que entre os povos yorùbás, as mulheres desempenham papéis preponderantes em todas as esferas da vida. Isto é, o que se nota é uma relação de interdependência e não de dominação. É importante ressaltar – como alerta Lari – que o maior espaço destinado às mulheres em religiões de matriz africana não quer dizer a ausência de desigualdades de gênero. Para tal afirmação, seria necessário compreender de maneira aprofundada cada uma destas expressões religiosas, o que não é o escopo deste trabalho – ao contrário disso, buscamos, em linhas mais gerais, demonstrar que existem formas outras de compreender as interações entre os gêneros para além da lógica cristã-eurocentrada.

Lari: Eu vou falar do lugar de onde eu venho, da casa do Ilê Axé. Eu não posso falar de outras casas, que têm casas que são lideradas por mulheres e têm casas, que são lideradas por homens, que são os babalorixá. A minha casa é liderada por uma ialorixá. O que a gente sabe do candomblé é que os homens têm seus papéis e as mulheres têm seus papéis. E isso não interfere na subordinação do que é mais importante do que um do outro (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o YIê Axé Òpô Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Consideramos fundamental trazer à baila essa discussão, pois como rompermos com os múltiplos modos de domínio sem conhecer e fabular mundos outros?

6. A BRANQUITUDE, OS TERREIROS E O SUL

À vista disso, cabe pontuar que o Rio Grande do Sul é a região do país que tem o maior percentual de adeptos de religiões de matriz africana no Brasil, Segundo o Censo de 2022, existem 203 localidades quilombolas no estado, 16 delas na capital, Porto Alegre.

Um mapeamento da Prefeitura feito entre 2006 e 2008 indicou a existência de 1.290 terreiros na primeira década do século em Porto Alegre - número praticamente idêntico ao encontrado em Salvador na mesma época, segundo Ari Pedro Oro, professor de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em artigo intitulado "O atual campo afro-religioso gaúcho", publicado em 2012.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

A um primeiro olhar, este dado pode franzir as sobrelhas já que o Rio Grande do Sul é a segunda unidade da federação com menor população autodeclarada preta ou parda, com 20%, segundo o Censo de 2022, atrás apenas de Santa Catarina.

Mas fato é que já em 2010, o Rio Grande do Sul figurou como o estado com maior percentual de adeptos da umbanda e do candomblé, as duas principais religiões afro-brasileiras.

A maior festa em louvor a um orixá nas Américas não ocorre no Nordeste brasileiro ou no Caribe, mas ao longo dos mais de 200 quilômetros da praia gaúcha do Cassino, a mais extensa do mundo, no município de Rio Grande. O professor Ari Oro chama atenção para o que denomina de “religiosidade afrorriograndense”

Em entrevista à BBC Brasil, Vitor Queiroz, professor de Antropologia da UFRGS, afirma que o resultado da pesquisa exige, em primeiro lugar, um ajuste de contas com a ideia corrente de que o Rio Grande do Sul é um “estado branco”. Para o docente, a desinformação é produto de estratégias sociais e políticas de branqueamento da população gaúcha adotadas pelas elites desde o século 19.

Lari também ressalta este processo de embranquecimento que permeia sua construção enquanto pesquisadora. Ao se referir sobre sua defesa de mestrado, a primeira vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UEL realizada em um terreiro, ela avalia:

Lari: Deveria ser normal, mas a gente está em um território marcado por um processo de embranquecimento e também fortemente reacionário. Que políticas de ultra-direita têm ganhado cada vez mais espaço, uma cidade em que a gente tem forte embate cultural, artístico, mas que políticas retrógradas de ultra-direita vêm cada vez mais tirando nossos espaços, que são nossos por direito (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Para Queiroz, mais do que uma relação estanque entre as confissões, existe no estado um “mercado mágico subterrâneo”, comum também em outros lugares do país.

Às vezes, a pessoa não é afrorreligiosa e está, por exemplo, com a mãe doente. Tenta isso, tenta aquilo, e alguém diz: ‘Olha, a mãe tal no terreiro tal pode ajudar’. E a pessoa vai lá e encomenda um ebó (oferenda). Essa pessoa é o quê? Ela vai ao terreiro, às vezes escondida” (QUEIROZ, Vitor. Por que Rio Grande do Sul tem maior percentual de adeptos de religiões de

matriz africana no Brasil [Entrevista concedida a] Luiz Antônio Araújo. BBC Brasil, Porto Alegre, 2024).

É necessário ressaltar que a diversidade religiosa não coabita o estado sem conflitos. Por duas vezes, em 2003 e 2015, deputados ligados a igrejas evangélicas neopentecostais tentaram sem sucesso aprovar na Assembleia Legislativa projetos que proibiam o sacrifício de animais, prática corrente nas religiões de matriz africana.

Chimamanda Adichie, em “O perigo de uma história única” (2019), nos alerta para o modo como são construídos os saberes hegemônicos. A chamada “história oficial”, em linhas gerais, tem sido escrita por quem? A quais classes e indivíduos ela interessa? E, a partir disso, como estas histórias contribuem para que as pessoas, pela via do estereótipo, imaginem seu lugar no mundo? A romancista expõe esta vivência:

Saí da Nigéria para fazer faculdade nos Estados Unidos. Eu tinha dezenove anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando respondi que a língua oficial da Nigéria era o inglês. Também perguntou se podia ouvir o que chamou de minha “música tribal”, e ficou muito decepcionada quando mostrei minha fita da Mariah Carey. Ela também presumiu que eu não sabia como usar um fogão (ADICHIE, p. 9, 2019).

Nesta palestra que se transformou em livro, ministrada no TED Talks e com mais de 13 milhões de visualizações, Chimamanda expõe sua trajetória pessoal, enquanto mulher nigeriana e escritora, nos Estados Unidos. Nas histórias que lia quando criança, a autora só era apresentada a personagens brancos e, por isso, suas histórias reproduziam coisas que não existiam em seu convívio, seja geográfica ou até mesmo culturalmente. Quando incorremos apenas em uma versão, uma história única sobre pessoas, povos, países e culturas, corremos o risco de causar prejuízos gravíssimos. Diante disso, como apontado por Lari, é de primeira importância lembrar do papel da branquitude na luta antirracista.

Lari: E eu vejo esses corpos periféricos, candomblecistas, sempre em luta, o tempo inteiro em luta. E a gente com o corpo branco. A gente tem que somar nessa luta e nessas lutas. O enfrentamento político que vem na minha Casa, que vem de Mãe Omim, que se dá na sua existência, na sua fundação, é de pura luta de dizer que, estamos aqui, que existimos, que temos direitos a saúde, que temos direito a educação, que temos direito a cidadania, que temos direitos ao emprego (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

7. AUMENTO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Por anos consecutivos, as religiões de matriz africana têm sido as vítimas mais recorrentes de intolerância religiosa no Brasil. O último levantamento, divulgado pelo Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, demonstra que as denúncias por intolerância religiosa no primeiro semestre deste ano cresceram 80% em comparação ao mesmo período de 2023.

De acordo com a pesquisa, no ano passado, foram 681 denúncias em seis meses, frente a 1.227 de 2024. Em mais de 900 casos, não há registro de qual a religião que teria sido alvo de intolerância.

Nas denúncias em que é possível identificar, as religiões de matriz africana representam a maior parte, com 75 denúncias de intolerância contra a umbanda, 58 para o candomblé e 19 em que ambas são citadas. No total, foram 152 denúncias somente no primeiro semestre. Na sequência, estão os evangélicos, com 49 denúncias.

Ainda, segundo o mapeamento, a maior parte das vítimas da violência são mulheres. Neste ano, 742 das denúncias foram de violações contra esse público, o que representa 60% do total de registros. O perfil racial mais atingido pela violência é de negros, com 647 denúncias.

Não à toa, um dos questionamentos que trouxemos a Lari foi sobre violência religiosa. Entre outros elementos, a multiartista chamou atenção para generalizações que incorrem em estereótipos. Para ela, a folclorização, ou seja, a exploração descontextualizada de apenas um rito ou característica de um fenômeno cultural, a exemplo da gira nas religiões afro-brasileiras, é um dos fatores que levou a estes dados.

Lari: A gente acha que o candomblé, um folclore em que pessoas vestem roupas e começam a girar, a dançar e cantar em outra língua, a gente vai achar que Exu é o mal e o demônio [...] dizer todas as pessoas que culpam o cristianismo, são pessoas violentas. Dizer que todas as pessoas que cultuam religiões pentecostais são alienadas e só querem saber de lucro. Gente, calma. A gente não pode infringir em outras religiões, porque isso é praticar intolerância religiosa também. Quantas mortes não fizeram por conta da religião nas Cruzadas? E quantas cruzadas não existem até hoje por causa de um único Deus que é o meu? Esse Deus, meu, o certo, a verdadeira é o caminho (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Lari evidencia o pensamento binário (bem x mal, profano x sagrado, homem x mulher), base da lógica ocidentalizada. Segundo ela, essa forma de compreender destoa dos modos de ser e estar no mundo de culturas outras. O que se observa frequentemente no âmbito das religiões, são movimentos colonizadores e fundamentalistas de assimilação, ou seja, tentativas de cooptação e conversão nesta “guerra espiritual” pela disputa da hegemonia no campo religioso.

Lari: O caminho errado é a sociedade binária. Essa hegemonia branca normativa produz essa relação de classificar a vida entre bem e mal. E o candomblé não é esse lugar de dividir vida em bem e mal, passado e futuro, hoje e amanhã. Quando você pega só um lado, estereotipa que todas as mulheres que usam saia na rua são das religiões pentecostais e são pessoas alienadas, mulheres submissas, que apanham em casa (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Neste sentido, a entrevistada questiona a distância entre a “letra da lei” e o cotidiano, afinal, a Constituição Federal de 1988 classifica o Brasil como estado laico - e é importante ressaltar que este pressuposto não significa ausência de religião, mas que nenhuma denominação seja privilegiada em detrimento de outra.

Lari: Infelizmente, a gente vive num país que é considerado laico, mas que na sua realidade, não é. Quantos ataques são promovidos a pessoas e a terreiros simplesmente por usarem roupas brancas? A gente sabe muito bem que tem crucifixos pregados em várias Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, no Congresso Federal (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

Lari defende a educação como ferramenta para o combate à intolerância religiosa. Entre as estratégias ela destaca a disciplina de Ensino Religioso - a única prevista na Carta Magna. Porém, em uma perspectiva crítica, multicultural, respeitando a liberdade de culto e não de viés homogeneizante, dogmático.

Lari: E eu acho importante, sim, ter ensino sobre religiões nas escolas, porque isso é cultura. Mas não que uma religião é a certa, é o caminho e a verdade é a luz, mas a liberdade de culto (ALVANHAN, Larissa. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Ôpó Omin [Entrevista concedida a] Franciele Rodrigues e Leiliani de Castro. O que elas pensam? Londrina, 30 dez. 2023).

A este respeito Rodrigues et al. (2019) refletiram sobre as presenças (e ausências) da diversidade religiosa em escolas públicas de Londrina. O interesse dos pesquisadores foi identificar como os colégios têm abordado a história e as manifestações referentes às religiões de matriz africana. Para tanto, os autores analisaram respostas de 711 questionários aplicados a estudantes do ensino médio regular e integrado à educação profissional pertencentes a oito escolas estaduais localizadas na cidade.

No que tange ao vínculo religioso, o estudo observou que a maior parte dos estudantes declarou possuir religião (81,43%) enquanto (18,57%) afirmaram que não detêm nenhuma adesão religiosa. Entre os que são religiosos, predominaram jovens católicos (43,52%), porém, com uma ínfima diferença em relação ao número de alunos evangélicos (41,80%). Este cenário reforça tendência constatada em nível nacional, onde o número de fiéis católicos têm reduzido ao passo que evangélicos, sobretudo, neopentecostais têm crescido.

É importante salientar, ainda, que quando questionados se já haviam sofrido algum tipo de discriminação, a segunda repressão mais apontada pelos alunos foi o preconceito religioso (11,25%), ficando atrás somente da opressão estética. Ainda, segundo os estudantes, o espaço em que mais se sentem discriminados é o escolar (70%).

Também, de acordo com a maioria dos estudantes, são desenvolvidas atividades que valorizam a cultura negra em suas respectivas escolas. As respostas sugerem que as ações acontecem no decorrer do ano letivo (35,58%) e na semana que marca a Consciência Negra (23,49%).

Porém, grande parte dos estudantes declarou que especificamente os estudos sobre as religiões de matriz africana “quase nunca” e “nunca” são abordados em sala de aula (58%). Ora, se de acordo com a maioria dos estudantes são desenvolvidas iniciativas que valorizam a cultura negra por que não são discutidas as religiões afro-brasileiras, já que essas são um dos elementos que compõem a cultura de tais coletivos étnico-raciais?

Não obstante, Bakke (2011) avaliou as dificuldades de promover debates sobre as religiões de matriz africana em escolas paulistas. A pesquisadora observou que, majoritariamente, o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

cotidianos escolares fica a cargo dos professores responsáveis pelas disciplinas de Ciências Humanas, como História, Artes, Literatura, Sociologia, Filosofia e Geografia.

Logo, as atividades ocorrem de maneira pontual, em determinados momentos do ano letivo, comumente, em lembrança às datas como o Dia da Consciência Negra. Ela classifica tais ações como uma “Pedagogia do evento”, uma vez que, não caracterizam um trabalho permanente e conjunto por parte das equipes pedagógicas e nem mesmo mobilizam toda comunidade escolar.

É fundamental lembrar, contudo, que a Lei nº 10.639, de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica e ensino superior.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre o episódio 119 - “Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Òpó Omin - Entrevista com Lari Alvanhan” produzido pelo “O que elas pensam?”, um podcast de política.

Conforme enunciado, já no início deste ensaio, trata-se de uma iniciativa totalmente independente de jornalismo que procura discutir política em suas múltiplas dimensões e a partir da perspectiva de mulheres. Diante disso, a criação situa-se no campo da mídia contra-hegemônica e, portanto, tem como um de suas finalidades principais pautar assuntos e amplificar vozes, que na maioria das vezes, não possuem espaço nos meios de comunicação tradicionais.

Assim, a disseminação científica tem embasado grande parte da trajetória do podcast até aqui. O anseio, além de popularizar pesquisas desenvolvidas por mulheres, ramo em que a desigualdade também é grande, é promover saberes outros, que cooperem para compreensões mais aprofundadas e ao mesmo tempo mais diversas dos fenômenos, rompendo, assim, com uma produção de conhecimento falocêntrica, eurocentrada, cisheteronormativa.

O episódio em análise é um exemplo desta tentativa de contemplar realidades outras. A partir dele, buscamos discutir pontos como modos dissidentes de construção da ciência, com a valorização de autores do Sul Global - exercício praticado por Lari em toda sua dissertação, também as relações entre gênero e religiões, dando pistas para uma visão que transcende a concepção binária homem

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

x mulher, ancorada na submissão desta última.

Ainda, na esteira de saberes descortinados, procuramos evidenciar as interações entre branquitude, presença em terreiros na região Sul - da qual falamos. A despeito do que (não) possa parecer, o Rio Grande do Sul é o estado que mais possui adeptos das religiões afro-brasileiras. Por outro lado, é uma das regiões em que a população negra é menor. Como tentamos demonstrar, existem conflitos já que a intolerância religiosa tem como principal vítima, em todo país, religiões de matriz africana. Diante disso, buscamos evidenciar o papel da branquitude na luta antirracista e a importância de uma educação decolonial a fim da ruptura com estereótipos e violências.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

ALVANHAN, Larissa de Menezes. **Poéticas de terreiro: Uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Òpó Omim** / Larissa de Menezes Alvanhan. - Londrina, 2023. 146 f.

BAKKE, Rachel R. B. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2011.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

AS ROSAS DE RESISTÊNCIA NO ASFALTO”: O último discurso de Marielle Franco na Câmara do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14.mar.2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/03/as-rosas-da-resistencia-nasce-do-asfalto-o-ultimo-discurso-de-marielle-franco-na-camara-do-rio.ghtml> Acesso em: 08.ago.2024.

BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, p. e523111133741-e523111133741, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33741>. Acesso em 11 de agosto de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Editora 34, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Tendências da análise do discurso**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.19, p. 173-179, 1990.

FOSCHINI, Ana Carmen; TADDEI, Roberto Romano. **Conquiste a rede: podcast**. São Paulo: Ebook, 2006.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995. perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, 5, 7-41.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Rádio em episódios via internet: aproximações entre podcasting e o conceito de jornalismo narrativo**. Revista de La Asociación Española de Investigación de La Comunicación, 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7° Ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

RABAY, Glória.; BEZERRA, Camila de Lima. "Os homens falam alto e eles te atropelam" – O machismo (não só) discursivo no jornalismo político. **Núcleo de Estudos de Gênero Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, v.35, n.1. jan./jun. 2022.

RODRIGUES, Franciele; CASTRO, Leiliani de. **"Episódio 119. Poéticas de terreiro: uma cartografia ancestral com o Ylê Axé Òpó Omin - Entrevista com Lari Alvanhan"**. *O que elas pensam?* Londrina, 2023. Duração: 1h e 32m. Disponível em: [\[https://open.spotify.com/episode/1712vqVJAOuOHuJRcEDtSK?si=ss3uCffQSbGli1\]](https://open.spotify.com/episode/1712vqVJAOuOHuJRcEDtSK?si=ss3uCffQSbGli1)

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

[MV6suboQ](#)]. Acesso em: 04.ago.2024.

RODRIGUES, Franciele; LANZA, Fábio; SILVA, Ileizi Fiorelli; PATROCINO, Luis Gustavo. “As escolas públicas no Brasil estão preparadas para a diversidade religiosa?”. Revista Relegens Thréskeia, v. 08, nº 1, 2019.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná